

**HABEAS CORPUS Nº 501.811 - SP (2019/0092191-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI  
**ADVOGADA** : PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROMULO BARBOSA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ROMULO BARBOSA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravo em Execução n. 9003242-28.2018.8.26.0050).

Extrai-se dos autos que o Juízo das execuções indeferiu o pedido de comutação de penas formulado com base no art. 2º do Decreto n. 8.172/2013.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso consoante acórdão acostado às fls. 59/61.

No presente *mandamus*, alega a defesa que o paciente preenche todos os requisitos estipulados no Decreto n. 8.172/2013, fazendo jus à concessão da comutação de pena.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferido a comutação de pena ao paciente. Subsidiariamente, pleiteia que seja determinado que os cálculos do requisito objetivo sejam feitos com termo inicial em 24/3/1997.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

